

# Economista da USP prevê o Plano Collor III

O economista Carlos Alberto Longo, da Faculdade de Economia e Administração da USP, prevê para as próximas semanas o Plano Collor III — incluindo a criação de uma taxa de câmbio fixa a exemplo do que acontece na Argentina, mas com características bem diferentes do Plano Cavallo, pois no Brasil o governo não se responsabilizaria, como o argentino, pela conversibilidade da moeda (a disposição de comprar ou vender dólares por um valor fixo em moeda nacional). “Eu espero e proponho esse plano, pois prevalecendo o bom senso, é o que irá ocorrer”, diz ele.

Os itens principais do plano imaginado por Longo são:

- liberação dos preços e salários;

- fixação da taxa de câmbio (só oscilaria entre Cr\$ 340,00 e Cr\$ 360,00 por dólar), mas sem garantia de conversibilidade;

- realinhamento de tarifas e preços públicos e depois sua fixação por seis meses; o aço subiria 20% e o combustível 10%;

- criação do Banco Central independente, com apoio do projeto de lei dos deputados Francisco Dornelles e Cesar Maia; Francisco Gros já teria um mandato independente.

- Carta de Intenção ao FMI estabelecendo crescimento zero para a moeda e déficit público também zerado;

- definição da saída dos cruzados congelados para evitar

problemas monetários.

Há uma semelhança, segundo Longo, entre a fixação do câmbio e a dolarização na Argentina. Nos dois casos, a taxa de câmbio fixa (ou com flutuações pequenas) serviria como âncora para segurar a inflação abaixo dos 10%. “com tendência declinante”, explica. Mas isto exigiria reajustar o câmbio cerca de 20% acima de suas cotações atuais no mercado paralelo — pois é aproximadamente esta a inflação reprimida após o Plano Collor II.

A maior dificuldade de administrar um plano que inclua a taxa de câmbio fixa é que não haja déficit fiscal, pois ele levaria o Tesouro a pressionar o BC, pon-do em risco a meta de controle rígido das emissões de moeda. Mas Longo entende que tão importante quanto isso é a existência de um saldo de reservas cambiais que permita ganhar dois ou três meses de estabilidade efetiva, quando a inflação começaria a ceder.

Longo considera factível, inclusive, que o déficit já tenha sido zerado. “A possibilidade não é muito distante dadas as cirurgias já praticadas. É plausível equilibrar o caixa porque os ativos financeiros ficaram muito reduzidos, facilitando o reescalonamento da dívida pública. Ela é de 2 a 3% do Produto Interno Bruto e havia sido de 14 a 15% no governo anterior. A diferença está congelada. Com o reescalonamento, o problema fica resolvido.”